



A pedido do PT, o ministro Ricardo Lewandowski determina que o Ministério da Saúde se manifeste sobre a inclusão de crianças no Plano Nacional de Imunização. Decisão ocorre depois de tentativa de intimidação de Bolsonaro à Anvisa

Vacina de 5 a 11 anos: STF dá 48h ao governo

» MARIA EDUARDA CARDIM
» FÁBIO GRECCHI

Diante da possibilidade de o governo colocar barreiras à vacinação de crianças entre cinco e 11 anos com o imunizante da Pfizer contra a covid-19 — já liberado para aplicação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) —, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, deu ao Poder Executivo 48h para se manifestar sobre a inclusão desta faixa etária no Plano Nacional de Imunização (PNI). O magistrado atendeu a um pedido impetrado pelo PT.

A ação do partido tem por objetivo obrigar o governo a apresentar um cronograma de vacinação de crianças e pré-adolescentes antes da retomada das aulas. Além disso, a legenda cobra que o governo federal estabeleça um dia nacional de imunização ou fixe datas para mutirões para a aplicação das doses.

“Que o governo federal apresente, em 48 horas, a complementação do Plano Nacional de Vacinação, para incluir as etapas a serem cumpridas para iniciar e concluir a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos contra a covid-19, incluindo-se um cronograma que viabilize a cobertura vacinal adequada de toda a população infantil antes da retomada das aulas”, anotou Lewandowski na decisão.

Barreiras

Desde a última quinta-feira, o governo sinalizava que colocaria dificuldades à imunização da faixa 5-11 anos. Na live daquela noite, Bolsonaro deixou clara a antipatia pela ideia e chegou a dizer que sua filha, Laura, de 11 anos, não tomaria a dose. Mas, pouco

Myke Sena/MS



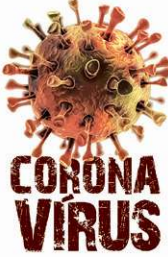
Queiroga replica a negativa de Bolsonaro e lança desconfianças sobre a vacinação, com a Pfizer, de crianças entre 5 e 11 anos

antes, Queiroga também dera a entender que retardaria a aplicação — afirmou que o ano está no final, que o governo não tem as doses para oferecer e que teria de ouvir até mesmo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para uma tomada de decisão “equilibrada”.

Queiroga, aliás, voltou, ontem, a mostrar alinhamento com Bolsonaro. Disse que a vacinação dos menores de 11 anos não é um assunto “consensual”, ainda que a decisão da Anvisa tenha sido apoiada por diversas sociedades médicas. “Vamos passar para

vocês um cronograma, para a sociedade brasileira, todos os ‘steps’, todos os degraus. Queremos discutir esse assunto de maneira aprofundada, porque isso não é um assunto consensual. Há aqueles que defendem, há os que defendem de maneira entusiástica, há os que são contra. Então, a gente tem que discutir”, justificou.

Ainda que o ministro considere a vacinação de crianças contra a covid-19 um assunto controverso,



a decisão da Anvisa de aprovar o uso do imunizante para o público infantil foi amplamente apoiada. Em vídeos apresentados na reunião que aprovou a aplicação, representantes de diferentes sociedades médicas ressaltaram a importância da liberação para a faixa 5-11 anos.

“Temos o conhecimento de que as repercussões da covid-19 para crianças é menor do que para os adultos. São muito mais

raros os casos graves. Apenas em 2021, o Ministério da Saúde reportou cerca de 1,4 mil óbitos em pessoas com menos de 18 anos”, destacou o representante da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Luiz Vicente Ribeiro.

Pressão

A preocupação pelo impacto da covid-19 entre as crianças é compartilhada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Segundo a entidade,



Que o governo federal apresente, em 48 horas, a complementação do Plano Nacional de Vacinação, para incluir as etapas a serem cumpridas para iniciar e concluir a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos contra a Covid-19”

Trecho da decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que atendeu a ação movida pelo PT

“nenhuma outra doença imunoprevenível causou tantos óbitos em crianças e adolescentes, no Brasil, em 2021”. Os secretários de Saúde manifestaram apoio à decisão da Anvisa e corroboraram uma posição do Ministério da Saúde, que ainda precisa comprar os imunizantes para dar início à vacinação na faixa de cinco a 11 anos.

A pressão pela compra dos imunizantes da Pfizer destinados às crianças também é feita pelos governadores — como João Dória, de São Paulo, que criticou a postura do governo federal de mais uma vez trabalhar para atrasar a vacinação. Por causa disso, a Secretaria de Saúde de São Paulo oficiou à pasta dirigida por Queiroga solicitando liberação e disponibilização imediata de doses para vacinação contra covid-19 em crianças de cinco a 11 anos com o imunizante da Pfizer.

Agência rechaça ameaças

Após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que pediu “o nome das pessoas que aprovaram a vacina para crianças a partir de cinco anos”, os diretores e servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgaram, ontem, nota de repúdio às tentativas de intimidação ao corpo técnico da agência. Para os diretores da autarquia, a Anvisa tem sido foco de “ativismo político violento”.

Em mais um episódio em que se colocou contra Bolsonaro, o diretor-presidente da agência, Antonio Barra Torres, rebateu o presidente ao indicar que mais de 1,6 mil nomes estão envolvidos na decisão de aprovar a vacina a Pfizer contra a covid-19 para crianças de 5 a 11 anos. “Se formos consultar todas as pessoas que ali contribuíram, direta ou indiretamente, para que aquele posicionamento fosse estabelecido, essa lista, por certo, contaria com mais de 1,6 mil nomes porque todas as nossas atividades estão entrelaçadas. Lá estarão os nomes de toda diretoria da Anvisa. Na decisão de ontem (quinta-feira), estamos todos juntos”, salientou Barra Torres.

Nomes

Na última quinta-feira, Bolsonaro intimidou o corpo técnico

da Anvisa. “Queremos divulgar o nome dessas pessoas para que todo mundo tome conhecimento de quem são essas pessoas e, obviamente, forme o seu juízo”, afirmou, na live.

Antes da reunião da diretoria colegiada, Barra Torres, junto com os outros diretores da agência, publicaram uma nota de repúdio às ameaças à Anvisa. “A Anvisa está sempre pronta a atender demandas por informações, mas repudia e repele com veemência qualquer ameaça, explícita ou velada que venha constranger, intimidar ou comprometer o livre exercício das atividades regulatórias”, destaca.

A nota relembra as ameaças sofridas pelos diretores, ainda em outubro, quando estava em avaliação a aprovação da vacina da Pfizer para crianças. “Em outubro do corrente ano, após sofrer ameaças de morte e de toda a sorte de atos criminosos, por parte de agentes antivacina, no escopo da vacinação para crianças, esta Agência Nacional se encontra no foco e no alvo do ativismo político violento”, diz o texto.

Quem também repudiou a intimidação de Bolsonaro foi a Associação dos Servidores da Anvisa (Univisa). Para os servidores da agência, “a intenção de se

Anvisa/Divulgação



Torres rebateu a ameaça feita por Bolsonaro de divulgar nomes

divulgar a identidade dos envolvidos na análise técnica não traz consigo qualquer interesse republicano” e trata-se de uma retaliação à aprovação da imunização de crianças entre cinco e 11 anos com a vacina da Pfizer.

“A Univisa repudia qualquer

ameaça proferida contra o corpo técnico da Anvisa, bem como quaisquer tentativas de intervenção sobre o posicionamento da autoridade sanitária que não advenham do debate estritamente científico e democrático”, destacou a associação. (MEC)

Passaporte: decisão só sai em fevereiro

» GABRIELA CHABALGOITY*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

O detalhamento das regras do passaporte vacinal só será definido após a conclusão do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Isso porque o ministro Nunes Marques pediu que a análise da liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso seja avaliada pelo plenário presencialmente. Faltavam os votos de Gilmar Mendes e de Nunes Marques e o será analisado apenas no dia 9 de fevereiro.

Enquanto a decisão está suspensa, o que vale é a obrigatoriedade do comprovante, conforme a liminar concedida por Barroso. Caso o viajante não esteja vacinado, é possível entrar no país com o teste negativo de covid-19 realizado até 24 horas antes do embarque. Além disso, fica estabelecida uma quarentena de cinco dias, que somente se encerrará com novo teste negativo.

O conjunto de medidas adotado pelo Brasil é visto com bons olhos por especialistas. Para o infectologista Werciley Saraiva, os requisitos são necessários para criar uma barreira preventiva contra qualquer variante, sobretudo a ômicron — a mais recente de todas. “Porém, o ideal, ao meu

ver, seria o PCR negativo ao embarcar, não dias antes”, pondera o especialista.

Camilo Onoda Caldas, diretor do Instituto Luiz Gama, diz que a não conclusão da votação apenas evita um desgaste para o governo. “Além disso, o tema vai permanecer em aberto e, portanto, não vai estabelecer de uma maneira decisiva o que o governo cometeu, ou seja, é um efeito político com o encerramento do julgamento”, justifica.

“Não é possível dizer que ele fez isso por conta de uma motivação política, mas é possível dizer, com certeza, que há um efeito político benéfico para o governo em não ver a decisão concluída, que é ratificar o entendimento do ministro Barroso e encerrar essa temática que agora se arrasta”, observa.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, chegou a se declarar contrariamente à exigência do passaporte, alegando que a cobrança “feriria liberdades individuais” e “prejudicaria” a economia brasileira. O presidente Jair Bolsonaro também demonstrou não ser favorável à medida, adotada em diversos países em todo o globo.

* Estagiárias sob a supervisão de Fábio Grecchi